



## ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)



ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

---

### *O ouro do Brasil (1700-1807)*

Leonor Freire Costa , Maria Manuela Rocha , Rita Martins de Sousa 

---

#### Como Citar | How to Cite

Costa, Leonor Freire, Maria Manuela Rocha, & Rita Martins de Sousa. 2012. «O ouro do Brasil (1700-1807)». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 541-548. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37198>.

#### Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal  
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

#### Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).  
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

## O OURO DO BRASIL (1700-1807)\*

por

LEONOR FREIRE COSTA  
MARIA MANUELA ROCHA  
RITA MARTINS DE SOUSA\*\*

O Gabinete de História Económica e Social (centro de investigação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa) desenvolveu, entre 2002 e 2010, um projecto de investigação sobre fluxos de ouro do Brasil entre 1700 e 1807, explorando de forma exaustiva documentação do Arquivo Histórico da Casa da Moeda de Lisboa. Neste sumário, noticia-se o percurso da pesquisa. Começa-se por explicitar o enquadramento do projecto nos problemas tratados na literatura internacional sobre moeda e metais preciosos. Segue-se uma descrição da fonte documental estudada. Numa última secção, apresentam-se de forma sucinta as conclusões gerais. Encaminham-se os leitores interessados nestas temáticas para a divulgação dos resultados detalhados num estudo, a editar no ano de 2013 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, intitulado *O Ouro do Brasil*.

### Motivações do projecto e problemas

O papel dos metais preciosos na economia constitui um tema reiteradamente abordado pela historiografia. A investigação seminal de Hamilton sobre os fluxos da prata americana no período moderno e o impacto desta sobre os preços e salários lançou um debate que ganhou novo ímpeto com o trabalho de Michel Morineau<sup>1</sup>. A partir das informações contidas nas gazetas holandesas, Morineau obteve outros dados sobre as chegadas de prata a Espanha, reavaliando assim a suposta crise do século XVII na Europa. Posteriormente, a historiografia económica reconsiderou este tema no contexto do desenvolvimento da economia internacional, questionando o papel dos meios de pagamento monetários no crescimento económico. Se, por um lado, as economias que detinham o controlo das regiões mineiras não foram as que mais cresceram no século XVIII, por outro lado, a evolução para um regime monometálico consagrado pela adopção britânica do padrão-ouro é considerada uma das consequências das ligações económicas da Grã-Bretanha aos países ibéricos, precisamente os fornecedores de metais preciosos à Europa. Os custos a longo prazo desta especialização ibérica, objecto de novas perspectivas, mereceram a

---

\* Esta notícia retoma informação que, no seu essencial, se encontra em «Brazilian gold in the eighteenth century: a reassessment», *Working Paper GHES*, 42, 2010. Disponível em <http://ghes.iseg.utl.pt/documentos/1292247359R9vOH8il3Tg33VY2.pdf>.

\*\* Investigadoras do Gabinete de História Económica e Social (GHES). Docentes no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

<sup>1</sup> Earl J. HAMILTON, *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1934; Michel MORINEAU, *Incroyable Gazettes et Fabuleux Métaux*, Paris-Cambridge, Maison de Sciences de l'Homme-Cambridge University Press, 1985.

abordagem mais formalizada de Maurício Drelichman, que, observando o caso espanhol, reforçou a tese central de Hamilton sobre os efeitos negativos de um fácil acesso a um recurso estratégico<sup>2</sup>. A abundância de meios de pagamento, se bem que promovesse a procura, gerava também uma depreciação da taxa de câmbio real, que penalizava a competitividade da produção interna, criando condições para um processo de desindustrialização.

Se a maior parte da literatura tem centrado a análise na economia espanhola e na produção de prata americana, a situação de Portugal exige idêntica atenção, dada a importância dos fluxos de ouro ocorridos após a descoberta de filões na região de Minas Gerais pouco antes de 1700.

Até ao momento, a historiografia da economia portuguesa do século XVIII tem observado o período do ouro brasileiro em associação com quatro aspectos essenciais e inter-relacionados:

- 1) **As relações externas de Portugal no século XVIII.** O tópico privilegia as relações bilaterais com a Grã-Bretanha, para sublinhar os seus efeitos no fácil acesso da Grã-Bretanha ao ouro brasileiro. O reverso deste benefício britânico seria a dependência de Portugal da importação de bens ingleses manufacturados, depois reexportados para o Brasil. As consequências para Portugal deste padrão de transacções aproximariam, assim, o caso português do espanhol.
- 2) **Comércio externo e prestação da economia portuguesa.** Dadas as características do padrão de trocas dominante, presume-se que a maior parte do ouro chegado do Brasil se destinava, principalmente, a suportar balanças comerciais negativas.
- 3) **Século de ouro e de crise financeira:** as flutuações dos fluxos de ouro ao longo do século levaram à identificação de um período de quebra a partir de 1760, que terá acarretado uma crise financeira que acabou por afectar todos os sectores da economia. Esta quebra terá suscitado uma resposta interventiva do Estado. O programa do Marquês de Pombal, promotor de um vasto conjunto de reformas económicas, visou a substituição de importações de produtos manufacturados, como consequência da escassez de meios de pagamento.
- 4) **O consulado pombalino e a formação de uma nova elite mercantil.** Todo o conjunto de medidas pombalinas destinadas a regular o comércio e manufacturas possibilitou a formação e consolidação de uma elite mercantil conivente com os interesses do poder central. O governo de Pombal teve a capacidade de criar um «novo» grupo económico, intrinsecamente ligado ao comércio colonial, que não sucumbiu após a queda política do ministro.

A informação sobre os fluxos de ouro que tem suportado estas leituras conta com registos da fiscalidade imposta sobre a produção de ouro no Brasil (o «quinto»), informação providenciada pelo jornalismo económico (gazetas holandesas), por relatórios diplomáticos e séries de amoedação da Casa da Moeda de Lisboa. Sublinhe-se que a análise realizada a partir destes núcleos documentais apresenta limitações. Não permite, por um lado, distinguir os montantes em função das categorias de destinatários, tendo-se assumido a porção de ouro destinada aos agentes privados como uma proporção (4/5) do metal que cabia ao rei (1/5). De resto, a maior parte dos trabalhos respeitantes à crise de meados da centúria tem ignorado a possibilidade de os montantes recebidos por cada

---

<sup>2</sup> «The Curse of Moctezuma: American silver and the Dutch disease», *Explorations in Economic History*, Vol. 43, n.º 3, 2005, pp. 349-380.

uma dessas categorias não ter tendências coincidentes. Por outro lado, as conjunturas desenhadas a partir dessas fontes secundárias têm considerado apenas os «fluxos», isto é, a historiografia tem ignorado questões e problemas que se responderiam se se atendesse à «acumulação» (formação de um *stock*) no reino deste meio de pagamento.

Este projecto de investigação começa por ter uma visão crítica do que é conhecido em vários níveis:

- a) **Quantidades de ouro chegadas a Portugal no século XVIII.** Rejeita a inferência das quantidades recebidas pelos particulares a partir das estimadas para o Estado, as quais, por sua vez, têm sido tomadas como uma percentagem da produção. A circulação e os sistemas fiscais podem interferir nos quantitativos chegados a Portugal, sem que haja uma relação directa com a produção.
- b) **Impactos dos fluxos de ouro na economia:** 1. Levanta a possibilidade de os circuitos do ouro terem envolvido valores suficientemente elevados para cobrir balanças negativas e comportar condições para acumulação. Rejeita a suposição apriorística de que a maior parte se drenou para o estrangeiro e de que o que ficou retido no reino teve utilizações não monetárias. 2. Considera a hipótese de as quantidades poderem ter sido desigualmente distribuídas em termos sociais, concentrando-se nas mãos de poucos, o que, por sua vez, delimita as fronteiras de um grupo mercantil que aderiria ao programa reformista de Pombal.
- c) **Impactos do «ciclo» do ouro na formação de uma elite mercantil.** Pelo que ficou explícito em b), o projecto submete a novas verificações a origem da elite de negociantes pombalina, conhecida a partir da segunda metade do século. Prevê a possibilidade de muitos (e pergunta quantos) membros dessa elite estarem presentes na fase anterior de inserção no comércio colonial, cujos níveis de acumulação devem ser estudados.

Neste contexto, a investigação orienta-se de acordo com as seguintes perguntas:

- a) Quanto ouro chegou a Lisboa legalmente transportado nas frotas do Brasil?
- b) Que quantidades foram recebidas pelos particulares e pelo Estado?
- c) As flutuações das remessas destinadas ao Estado foram coincidentes com as flutuações desenhadas pelas remessas enviadas aos particulares?
- d) Que relação existiu entre evolução temporal das remessas do Estado e regimes fiscais impostos sobre a produção do ouro?
- e) Que população esteve envolvida nos fluxos de ouro?
- f) De que modo foram as remessas distribuídas socialmente?

### A documentação

Este conjunto de perguntas encontra resposta num núcleo documental depositado no Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, designado «Livros de Manifestos do 1%». Trata-se dos registos de um tributo (1% *ad valorem* sobre cada remessa de ouro enviada do Brasil) cobrado de forma regular a partir de 1720<sup>3</sup>. Os registos contêm informação sobre as quantidades de ouro transportado, quer se tratasse de ouro em pó, barra ou amodado; o nome dos emissores e dos receptores das remessas em Lisboa, bem como o dos procuradores designados pelos destinatários para o levantamento das remessas na Casa da Moeda

---

<sup>3</sup> Alvará de 1 de Fevereiro de 1720.

em Lisboa, sempre que essas figuras intervinham no processo; e, finalmente, as remessas destinadas ao Estado.

A notícia da existência dessa documentação foi primeiramente fornecida por Vitorino Magalhães Godinho em artigo datado de 1950<sup>4</sup>. Foram indicados valores globais de remessas nalguns anos, o que revela a importância dessa fonte de informação. Contudo, nenhum dos subsequentes trabalhos sobre a temática seguiu a pista. Nem mesmo as obras consagradas de Virgílio Noya Pinto e de Michael Morineau, utilizadas em larga medida pela historiografia internacional, se socorreram do potencial desses registos<sup>5</sup>. Mais recentemente, Paulo Lopes, fazendo uso do arquivo pessoal de Vitorino Magalhães Godinho, divulgou uma série de dados anuais sobre o valor das remessas, terminando em 1736<sup>6</sup>. Exigia-se um projecto de investigação que proporcionasse séries consistentes dos fluxos de ouro chegado, a partir dessa data, a Lisboa e um cadastro dos envolvidos. Neste sentido, a presente investigação procedeu ao levantamento exaustivo de todos os valores das remessas até 1807, último ano dos registos existentes. Para a análise sociológica dos grupos envolvidos nos fluxos, e dada a existência de sólidas monografias sobre a classe mercantil da segunda metade do século XVIII<sup>7</sup>, este projecto centrou-se apenas na primeira parte do século, utilizando uma outra metodologia de recolha de dados.

### Metodologia

No sentido de completar a recolha sobre os valores anuais das remessas já existente até 1736, foram recolhidos os montantes a partir desse ano e até 1807, data em que terminou o imposto de 1%, devido à partida da família real para o Brasil no ano seguinte. Sempre que na documentação se registavam as remessas de ouro em barra, pó ou ouro lavrado, a conversão do peso de ouro em réis seguiu o preço legal do ouro estipulado pela lei de 4 de Agosto de 1688, o qual não sofreu alterações até 1822: 96 000 réis por marco de ouro em pó e barra; 89 000 réis por marco de ouro lavrado. Para futuras comparações entre as séries de Noya Pinto e as fornecidas por esta investigação, tenha-se em conta que sempre que o valor está indicado em cruzados nas fontes por Noya Pinto compulsadas, o autor considerou que se tratava de uma moeda de ouro designada «cruzado novo», de 480 réis. As conversões do peso de ouro em unidade monetária devem considerar o cruzado como unidade de conta, valendo 400 réis.

Para a construção do cadastro dos agentes privados envolvidos nos fluxos de ouro, foi adoptada outra metodologia. O volume de informação contida nos registos de milhares de remessas anuais e a existência de trabalhos que procederam a um estudo prosopográfico dos negociantes da segunda metade do século XVIII permitiram que se fizesse um levantamento da informação por amostragem decenal, coligindo-se integralmente a identificação dos intervenientes nos anos de 1721, 1731, 1741, 1751 e 1761.

---

<sup>4</sup> Vitorino Magalhães GODINHO, «Le Portugal, les flottes du sucre et les flottes de l'or, 1670-1770», *Annales – Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º 1, 1950, pp. 184-197. Para uma das várias edições em português, veja-se «Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)», *Ensaio II*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978 [1.ª ed. 1968].

<sup>5</sup> Virgílio Noya PINTO, *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979; M. MORINEAU, op. cit.

<sup>6</sup> Paulo Alexandre MARQUES, *Minas Gerais Setecentistas: uma «sociedade aurífera»*, dissertação de mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

<sup>7</sup> Jorge Miguel PEDREIRA, *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social*, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995; Nuno MADUREIRA, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*, Lisboa, Estampa, 1997.

## Resultados

Os resultados desta investigação constam de um livro a publicar no ano de 2013 pela Imprensa Nacional<sup>8</sup>. Nesta notícia, apresentam-se apenas curtos comentários relativos às tabelas que o projecto de investigação disponibiliza a todos os interessados. A convicção de que os dados têm interesse para estrangeiros convidou a que se divulgassem as bases em inglês. Os títulos das bases disponíveis na Internet serão também aqui indicados em inglês, conforme constam do *site* do Gabinete de História Económica e Social<sup>9</sup>.

### I – *Gold fleets and shipping (1720-1808)*

O Quadro I fornece as referências arquivísticas da documentação. Esta informação é útil para análises de arqueologia naval, atendendo à identificação que se faz de cada navio das rotas. Apesar de não se tratar de um tema desenvolvido nesta investigação, a base de dados providencia informação sobre o ano de cada frota, o porto de partida (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Grão Pará), o nome e tipo de navio, a identificação do seu capitão e a referência arquivística dos livros que registam as remessas transportadas. Note-se que cada livro corresponde usualmente a um cofre e que cada navio transportava, em geral, vários cofres.

### II – *Amounts of gold shipped (1720-1808)*

Este quadro contém três folhas. Na primeira, é indicado o total de remessas por frota, distinguindo o tipo de carga: ouro em pó, barra, lavrado ou amodado. Nas folhas subsequentes, a informação é desdobrada em função das categorias de receptores. A segunda folha reporta-se às remessas enviadas para o Estado; a terceira, aos agentes privados.

Este quadro fornece novos dados e altera a identificação das conjunturas dos fluxos de ouro. A comparação com anteriores informações, em particular com os dados providenciados por Michel Morineau, impõe alguns comentários. As quantidades de ouro indicadas por Morineau têm sido consideradas as mais consistentes, uma vez que recolhem informação contida na imprensa económica holandesa, que, presumivelmente, traduziria também ouro que escapava ao registo oficial. Desta forma, a literatura internacional tem privilegiado o trabalho deste autor, considerando-o alternativa válida aos registos oficiais produzidos pela Casa de la Contratación sobre a prata originária da América. Com efeito, o trabalho de Morineau demonstrou que, após 1661, os registos oficiais não correspondem à prata efectivamente transportada para os particulares. A historiografia espanhola, prosseguindo esta análise, reforçou a conclusão de Morineau, provando que os registos oficiais dizem respeito apenas às quantidades contratualizadas entre o Estado e as organizações responsáveis pela fiscalidade da prata. Os monarcas espanhóis não só deixaram de obrigar ao registo das entradas de prata na Casa de la Contratación, como também prescindiram da cobrança de taxas na Carreira das Índias, contratando com o Consulado de Sevilha um rendimento anual que fez dessa instituição uma intermediária na negociação do fisco<sup>10</sup>. Se esta conclusão, que salienta o enviesamento da informação colhida a partir

---

<sup>8</sup> Leonor Freire COSTA, Maria Manuela ROCHA e Rita Martins de SOUSA, *O Ouro do Brasil, 1700-1807*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

<sup>9</sup> O acesso às bases de dados pode ser solicitado na ciberpágina do Gabinete de História Económica e Social: <http://ghes.iseg.utl.pt/index.htm?no=551000100094>.

<sup>10</sup> J. Oliva MELGAR, «La metrópoli sin territorio. Crisis del comercio de Indias en el siglo XVII o pérdida del control del monopolio?», in C. M. Shaw e J. Oliva Melgar (ed.), *El Systema Atlântico*

dos registos oficiais, é válida para Espanha, não o é no caso português. Nenhuma destas opções foi tomada pelo Estado em Portugal e os registos oficiais permitem, pelo contrário, analisar criticamente as quantidades calculadas a partir da imprensa periódica, como se observa de seguida.

Os dados apresentados no Quadro II autorizam as seguintes conclusões:

- a) Chegou a Portugal um total de 557 toneladas de ouro entre 1720 e 1807. Este montante representa cerca de 1/3 do total de ouro produzido nas colónias da América Latina no período colonial<sup>11</sup>.
- b) O zénite das remessas ocorreu na década de 1740, contrariamente às estimativas de Morineau, que apontavam os anos de 1730 como os de maiores chegadas.
- c) De acordo com Michel Morineau, chegaram a Lisboa 650 toneladas de ouro entre 1720 e 1785. Os registos oficiais acusam uma diferença de menos 136 toneladas. Contudo, é necessário notar que a fonte fiscal observa várias remessas que ultrapassam as quantidades indicadas por Morineau. A comparação anual revela que, em 25 dos 65 anos confrontados (1720 a 1785), a fonte fiscal portuguesa regista montantes superiores aos divulgados nas gazetas holandesas<sup>12</sup>.
- d) Do total de ouro entrado em Portugal, 78% vinham já amoedados. Destaque-se que essas moedas não estavam autorizadas a circular na colónia. Isto é, o processo de produção de moeda realizado no Brasil tinha como objectivo satisfazer a procura da metrópole. Neste sentido, qualquer série de amoedação da Casa da Moeda de Lisboa subestima a oferta monetária de Portugal. Estas séries serviram de argumento para a justificação da crise de meados do século XVIII<sup>13</sup>; contudo, as conclusões a extrair dos dados contradizem os fundamentos dessa tese.
- e) Considerando as categorias de receptores, constata-se que 22% do total das remessas tiveram como destinatário o Estado e 78%, os particulares.
- f) A folha do quadro que se refere às remessas do Estado mostra que, nessa categoria, apenas 8% do ouro chegou já amoedado do Brasil. Assim, a actividade da Casa da Moeda de Lisboa respondeu essencialmente à amoedação do ouro do Estado. A série que aqui se reconstitui está longe de poder indicar níveis sequer aproximados da oferta de moeda no século XVIII<sup>14</sup>.
- g) As conjunturas das remessas distinguem-se de acordo com as duas categorias de destinatários. A organização dos dados por décadas mostra que as flutuações dos valores recebidos pelo Estado não coincidem com as dos agentes privados: para os particulares, as remessas decaem a partir de 1740; para o Estado, a década de maiores chegadas é a de 1760.
- h) A natureza do ouro remetido para Lisboa (amoedado ou não) e as distintas flutuações atrás referidas sugerem que a actividade de extracção de ouro não era

---

*Español (Siglos XVII-XIX)*, Madrid, Marcial Pons, 2005; R. ANES, *Una Contribución a la Historia de la Contabilidad: Análisis de las prácticas contables desarrolladas por la tesorería de la Casa de la Contratación de las Indias de Sevilla (1503-1717)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1996.

<sup>11</sup> Cf. síntese de estimativas em Ward BARRETT, «World bullion flows, 1450-1800», in James D. Tracy (ed.), *The Rise of Merchant Empires. Long Distance Trade in the Early Modern World, 1350-1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 228-229.

<sup>12</sup> Rita Martins de SOUSA, «Brazilian gold and the Lisbon Mint House (1720-1807)», *e-JPH*, Vol. 6, n.º 1, 2008, pp. 7-13.

<sup>13</sup> Jorge Borges de MACEDO, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Lisboa, Moraes Editores, 1989 [1.ª ed. 1951].

<sup>14</sup> Rita Martins de SOUSA, *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

o único factor a determinar a quantidade de ouro transportado para o reino. A fiscalidade imposta à produção aurífera, alterada em várias situações, merece ser explorada, para a explicação destas conjunturas dissonantes.

### III – *Gold stock and money supply*

O Quadro III visa estimar o potencial da acumulação de ouro no reino. Contém três folhas. A primeira apresenta uma estimativa do ouro exportado por Portugal durante o século XVIII. A segunda estima o *stock* monetário de ouro em Portugal, considerando a amoedação da Casa da Moeda de Lisboa e as remessas de ouro amoedado e subtraindo o ouro exportado. A terceira folha apresenta uma nova estimativa da oferta de moeda de ouro.

A estimativa do ouro exportado por Portugal inscrita na primeira folha subtrai, ao total de remessas de ouro, os valores da balança de comércio, considerando os dois principais parceiros de Portugal (a Grã-Bretanha e a França), para os quais há dados anuais em arquivos estrangeiros. A partir de 1776, utilizam-se todas as balanças de comércio portuguesas existentes. O último quartel do século XVIII apresenta uma mudança significativa no padrão do comércio externo português, com a existência de balanças comerciais frequentemente positivas. Esta alteração permite justificar a utilização de uma fonte diferente de informação para avaliar a saída de ouro. Uma vez que se desconhecem os fluxos externos de capitais, a avaliação da acumulação de ouro (amoedado e não amoedado) pode estar sobrestimada. Contudo, os valores obtidos sugerem as seguintes conclusões:

- a) 66% das 557 toneladas de ouro chegado a Lisboa foram canalizados para os mercados europeus, através, sobretudo, de negociantes ingleses. Não surpreende, pois, que parte importante da actividade de amoedação de Inglaterra estivesse assente em ouro.
- b) Independentemente da larga proporção de ouro canalizado para o estrangeiro, os dados do Quadro III confirmam a acumulação verificada em Portugal. A análise centrada em *stocks* ao invés de fluxos não corrobora a tese de uma recessão em meados do século XVIII, por escassez de meios de pagamento. De 1755 a 1762, o *stock* de ouro não decresceu, antes estagnou. Além disso, as remessas para o Estado atingiram o seu ponto máximo na década de 1760, compensando o aumento da saída de ouro. Em síntese, o enquadramento económico do consulado pombalino merece ser revisto.
- c) Considerando as quantidades de ouro amoedado em Lisboa e o ouro já transformado em moeda vindo do Brasil, a principal conclusão sustenta uma maior oferta de moeda em Portugal do que em Grã-Bretanha.

### IV – *Private agents in gold flows (1721-1761)*

O Quadro IV é composto por seis folhas organizadas com o objectivo de fornecer informação sobre os agentes privados envolvidos nos fluxos do ouro, considerando-se uma amostra de cinco anos (1721, 1731, 1741, 1751, 1761). Como foi atrás referido, o propósito da investigação nesta vertente era a construção de um cadastro dos participantes nas relações económicas com o Brasil. A opção pela concentração da recolha de informação nesses cinco anos pretende preencher uma lacuna na literatura económica e social sobre o comércio colonial da primeira metade do século XVIII.

As primeiras cinco folhas reproduzem os registos originais, seguindo a organização da fonte documental. Cada linha destas cinco folhas refere-se a uma remessa. Os campos registados respeitam aos remetentes, receptores, procuradores, valores das remessas, tipos



de remessa (moeda ou ouro em barra ou pó) e portos de origem. Nos campos nominativos «remetentes», «receptores» e «procuradores», pode ser indicado mais de um nome por remessa, nomes esses que corresponderão a indivíduos associados à transacção. Por outro lado, os nomes podem aparecer mais de uma vez na(s) folha(s), pois cada indivíduo pode ter estado envolvido em mais de uma remessa.

A sexta folha organiza a informação das anteriores, fornecendo um cadastro dos emissores e receptores de ouro. Aqui, cada linha corresponde a um indivíduo. Os campos são os anos e as funções que os indivíduos tiveram nos fluxos, quer como emissores (função identificada pela letra «s»), quer como receptores (identificação através da letra «r»). Ficaram assim eliminados os nomes que surgiram por diferentes vezes nas folhas anteriores. Dado que cada indivíduo podia ter diversos associados em cada uma das remessas em que estava envolvido, a informação dos valores de ouro teve de ser omissa, pois não é possível conhecer qual a repartição dos montantes entre os intervenientes. Distribuir a remessa de forma equitativa pode constituir uma interpretação equívoca do registo.

Este quadro permite-nos chegar às seguintes conclusões:

- a) As remessas de ouro envolveram 9218 indivíduos, emissores e/ou receptores (organizados ou não em parceria).
- b) Este grupo apresenta um elevado nível de renovação: cerca de 75% dos indivíduos registados num dos anos da amostra não se encontram no ano subsequente da mesma. Todavia, e considerando que se está a lidar com uma amostra com dez anos de intervalo, é significativo que 19% do universo de indivíduos surjam em mais de um ano da amostra. Esta participação regular de alguns agentes mitiga a observação inicial de um grupo extremamente fluido e sugere a existência de uma franja que se poderá considerar uma «elite» nestes fluxos. Essa sugestão é consistente com os valores do índice de Gini.
- c) A distribuição dos valores por receptor mostra uma concentração forte. O índice de Gini é superior a 0,6 em todos os anos da amostra.
- d) A escala do negócio aumenta ao longo do período observado: em 1721, os receptores com remessas de valor superior a 1,8 contos de réis (3,7 kg) representavam 11,5% do universo total; em 1761, constituíam 28,5%.
- e) O universo dos participantes nestes fluxos estava aberto a estrangeiros, que representavam 7% da população, apesar de um pequeno grupo deles se integrar no conjunto dos que receberam mais de 1,8 contos.
- f) A mobilidade geográfica entre Portugal e Brasil está patente na folha seis. Cerca de 24% dos indivíduos estão registados como emissores e receptores no mesmo ano, o que assinala que viajaram na frota em que transportavam remessas. Esta itinerância foi uma característica relevante na organização do comércio colonial<sup>15</sup>.

A informação proporcionada por este projecto de investigação propõe uma revisão da literatura sobre o impacto económico e social do ouro do Brasil em Portugal no século XVIII. O desenvolvimento das conclusões aqui sintetizadas justificou uma apresentação em livro. Porém, como se poderá constatar dos dados contidos nos quadros aqui referidos, muitas abordagens estão por explorar. Deseja-se que daqui partam novos programas de investigação.

---

<sup>15</sup> Leonor Freire COSTA, Maria Manuela ROCHA, Tanya ARAÚJO, «Capital and economic performance: trust and distrust in eighteenth century gold shipments from Brazil», *European Review of Economic History*, n.º 15, 2011, pp. 1-27.